

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

Cédula Nº 64529057	Praça de Pagamento	Data de Emissão 10/09/2025	Data de vencimento 10/09/2026
-----------------------	--------------------	-------------------------------	----------------------------------

1. CREDOR ORIGINÁRIO doravante ("Credor")

Nome/Razão Social BMP SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A		CPF/CNPJ 34.337.707/0001-00	
Endereço AVENIDA PAULISTA, 1294, 6º ANDAR - BELA VISTA		Bairro BELA VISTA	
Cidade SÃO PAULO	Estado São Paulo (SP)		CEP 01310-100

2. EMITENTE

Nome/Razão Social ANA BEATRIZ ALVES DIAS		CPF/CNPJ 716.474.404-16	
Email/Telefone aninha84961@gmail.com / 84 99224-5097		RG 3871142	
Endereço RUA JOSÉ INÁCIO, 705 - PIRANGI DO NORTE (DISTRITO LITORAL)		Bairro PIRANGI DO NORTE (DISTRITO LITORAL)	
Cidade PARNAMIRIM	Estado Rio Grande do Norte		CEP 59161-640

POR AVAL DO EMITENTE (1)

Nome/Razão Social		CPF/CNPJ	
Endereço		Bairro	
Cidade	Estado		CEP

3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - VALOR DA DÍVIDA

Valor Crédito (R\$) 7.950,00	Valor da Dívida (R\$) (1) 8.741,51	Forma PRÉ-FIXADA	Periodicidade MENSAL	Número de Parcelas Mensais 12
Taxa (%) Juros mensal 6,68	Taxa (%) Juros anual 117,27	Tarifa de Cadastro (2) 620,00	Tarifa de Avaliação (3) 0,00	Valor do IOF (4) 171,51
CET (%) do contrato - Custo Efetivo Total 8,59		Despachante (5)	Proteção Financeira (tipo)	
Seguradora		CNPJ		Proteção Financeira (R\$) (6) 0,00
Registro Contrato - Cartório (cf. legislação estadual) (7)		Registro do Contrato no órgão de trânsito (Res. 320 Contran) (8) 0,00		

Valor Líquido Liberado (1)-(2)-(3)-(4)-(5)-(6)-(7)-(8) 7.950,00	Valor da Prestação (R\$) 1.086,52	Data do 1º Vencimento Conforme cláusula 2ª §2º	Último Vencimento Conforme cláusula 2ª §2º
--	--------------------------------------	---	---

4. BEM DADO EM GARANTIA

Tipo Automóvel Automóvel	Marca HONDA	Modelo CG 160 FAN ESDI FLEXONE	Ano Fabricação/Ano Modelo 2015/2016	Combustível
Cor PRATA	Placa QGG0270	Renavam 01071833003	Chassi 9C2KC2200GR031102	
Concessionário/Revenda/Lojista/Vendedor MOTOCERTA LTDA			CNPJ/CPF 40.318.227/0001-02	

CONDIÇÕES GERAIS DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

Eu, ANA BEATRIZ ALVES DIAS, pagarei por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, em moeda corrente nacional, ao CREDOR acima identificado, ou à sua ordem, a quantia descrita no preâmbulo, campo 1, Valor da Dívida, equivalente ao Valor do Crédito que ora obtenho por meio do presente título, na forma, praça de pagamento e vencimento a expostos, tudo nos termos das cláusulas e condições previstas nesta Cédula, acrescida do valor referente ao IOF, tarifa de contratação, tarifa de avaliação e vistoria do bem dado em garantia, despesas de prestação de serviços de terceiros, incluindo, mas não se limitando, à cobrança bancária, emolumentos de registros, custos do agente comercial do Credor, custos com envio de boleto bancário (carnê) entre outros, tudo como melhor detalhado no quadro 3 da CCB, mediante a emissão da presente Cédula de Crédito Bancário, a qual reger-se-á pelas seguintes cláusulas e condições.

PRIMEIRA: O EMITENTE, neste ato, passa a figurar como devedor, em favor do CREDOR, da quantia discriminada no preâmbulo desse instrumento, mais especificamente no seu quadro 3, devendo esta ser paga conforme lá prescrito:

SEGUNDA: O EMITENTE concorda em ressarcir ao CREDOR as eventuais despesas não discriminadas nesta Cédula de Crédito Bancário, por este incorridas e que, cumulativamente, representem gastos extraordinários e inerentes dessa operação e não se encontrem incorporados ao valor das prestações acima expostas conforme melhor detalhado no quadro 3 do preâmbulo. Tais valores serão repassados ao EMITENTE, sem aviso prévio, na medida em que forem exigidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para o cumprimento de suas obrigações, o EMITENTE deverá efetuar o pagamento do valor desta Cédula, acima mencionado, nas condições também acima mencionadas, valendo como quitação o comprovante de depósito de cada parcela na conta-corrente a ser indicada pelo CREDOR ou a autenticação mecânica inserida no carnê de pagamento que será enviado para o EMITENTE para pagamento das prestações devidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Operar-se-á de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, para os efeitos do artigo 397 do Código Civil, o vencimento antecipado da totalidade da dívida do EMITENTE, determinando o imediato encerramento do crédito concedido, tornando-se, desde logo, vencido e exigível o total do débito em aberto, acrescido de honorários advocatícios e outras eventuais despesas decorrentes do atraso, nos seguintes casos: a) o não pagamento, no respectivo vencimento, de qualquer das prestações; b) o inadimplemento, em geral, de qualquer obrigação assumida pelo EMITENTE na presente Cédula; c) se ocorrer qualquer uma das causas cogitadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; d) se for apurada a falsidade de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido, respectivamente, firmada, prestada ou entregue pelo EMITENTE; e) se for protestado qualquer título

contra o EMITENTE; f) se o EMITENTE requerer ou tiver a sua insolvência requerida ou decretada.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em tais hipóteses, previstas no parágrafo anterior, e sem prejuízo da execução das garantias contra o EMITENTE (ou qualquer coobrigado), assistirá ao CREDOR o direito de alienar ou negociar, pública ou particularmente, a seu inteiro critério, o bem objeto da propriedade fiduciária convencionada entre as partes para garantia da dívida, conforme previsto abaixo, independentemente de qualquer formalidade.

TERCEIRA: Em caso de mora no cumprimento de quaisquer obrigações contraídas pelo EMITENTE, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas desta Cédula, incidirão sobre os valores em débito: (i) continuarão a incidir juros remuneratórios, em conformidade com as taxas especificadas no preâmbulo, quadro 3,; (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, sobre o total do débito em atraso atualizado; e (iii) multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o somatório do valor previsto em (i) e (ii) acima. Acordam as partes que o recebimento do principal, mesmo sem ressalva, não presume quitação dos encargos ou de quaisquer outras quantias devidas.

QUARTA: O EMITENTE declara estar plenamente ciente de que, na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações aqui assumidas, o CREDOR poderá levar a presente Cédula à protesto, podendo ainda comunicar o fato a quaisquer órgãos de proteção ao crédito, o que já fica devidamente autorizado nesta data, de forma irrevogável e irretratável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Serão de exclusiva responsabilidade do EMITENTE os ônus decorrentes de todos e quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições sociais, fiscais, para fiscais, ou outras, bem como das respectivas majorações, mudanças de base de cálculo ou do período de apuração, reajustes e encargos moratórios, tributos e contribuições estes já existentes ou que venham a ser criados no futuro e que sejam ou venham pelo CREDOR a ser suportados em decorrência desta Cédula. Correrão, ainda, por conta do EMITENTE, todas e quaisquer despesas decorrentes desta Cédula, tais como, mas não se limitando, a emolumentos de registro.

QUINTA: O CREDOR poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, ceder, transferir, ou empenhar, total ou parcialmente, os direitos, títulos de crédito, ações e garantias oriundos desta Cédula, independentemente de aviso ou autorização de qualquer espécie, ficando ainda, autorizado o compartilhamento das informações relativas ao EMITENTE e esta Cédula com eventuais adquirentes desta Cédula

SEXTA: O CREDOR poderá emitir Certificado de Cédula de Crédito Bancário com lastro no presente título, podendo negociá-lo livremente no mercado, tudo em conformidade com os artigos 43 e 44, da Lei nº 10.931, de 02.08.2004, e com as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

SÉTIMA: Para garantia do bom, fiel e cabal cumprimento de todas as obrigações, principal e acessórias, decorrentes desta Cédula, é dado ao CREDOR, em propriedade fiduciária, com observância do disposto nos artigos 1.361 a 1.368 do Código Civil, e no Decreto-Lei n.

º 911, de 01.10.1969, bem como alterações posteriores, e, ainda, o art. 66-B da Lei 4.728/65, conforme redação dada pela Lei 10.931/04, o bem descrito no preâmbulo desse instrumento, mais especificamente no quadro 4, acima. Fica estabelecido, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive criminais, que a responsabilidade decorrente do depósito do bem dado em propriedade fiduciária é assumida pelo EMITENTE. Caso o veículo automotor dado em garantia as obrigações ora assumidas não esteja no nome do EMITENTE, deverá ser transferido para o seu nome no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de ser facultado ao CREDOR a rescisão antecipada deste instrumento, acarretando no vencimento antecipado de todas as parcelas vincendas que poderão ser

exigidas de imediato.

OITAVA: O EMITENTE autoriza o CREDOR, em caráter irrevogável e irretratável, a dar conhecimento e a encaminhar à terceiros, especialmente a empresas de cobrança e/ou a advogados estranhos ao seu quadro funcional, documentos e informações, inclusive cadastrais, referentes ao presente documento, para efeito de cobrança judicial ou extrajudicial. O EMITENTE declara-se plenamente ciente de que, na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas, o CREDOR poderá levar a presente Cédula a protesto, podendo ainda comunicar o fato a quaisquer órgãos de proteção ao crédito, tais como SERASA e SPC, o que fica desde já autorizado pelo EMITENTE.

NONA: Sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro da Cláusula Quarta supra, o EMITENTE reconhece e declara, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, ser de sua exclusiva responsabilidade todos os tributos, licenças, autorizações e registros relacionados aos recursos objeto da presente Cédula, bem como ao bem dado em garantia, obrigando-se a proceder à transferência desse(s) bem(ns) para a sua propriedade, perante os órgãos e repartições competentes, dentro do prazo legal e arcando com as eventuais multas que lhe forem impostas pelas autoridades em razão do descumprimento das responsabilidades aqui previstas. Uma vez que a garantia constituída recai sobre veículo auto motor, o EMITENTE obriga-se, em especial, a proceder ao pagamento de multas e do imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA - em conformidade com os termos e condições em que tal lhe for exigido pelas autoridades do Estado em que o EMITENTE mantiver domicílio, incluindo-se eventuais acréscimos e encargos de mora, na forma da lei, isentando o CREDOR de toda e qualquer responsabilidade em relação ao cumprimento da referida obrigação tributária.

O EMITENTE obriga-se, outrossim, a apresentar ao CREDOR, no prazo de até 5 (cinco) dias contados do recebimento de solicitação nesse sentido, todos os documentos comprobatórios da plena satisfação de todas as obrigações tributárias e regulamentares de que trata esta cláusula e seus parágrafos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ainda, como a garantia se trata de veículo automotor, obriga-se o EMITENTE a providenciar perante as autoridades de trânsito competentes todos os registros e obter todas as licenças exigidas para a adequada e legal utilização do bem dado em garantia, observadas em todo caso a periodicidade e as condições fixadas na forma da lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ao dar cumprimento às obrigações previstas no caput desta cláusula e bem assim no parágrafo acima, o EMITENTE declara, neste ato, sua plena e inequívoca ciência de que deverá, por sua conta e risco exclusivos, declinar tanto perante as autoridades fazendárias quanto as de trânsito seu correto domicílio, de modo a cumprir, assim, a norma do artigo 70, da Lei nº 10.406/02.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O EMITENTE declara, neste ato, estar plena e inequivocamente ciente de que eventual indicação não verdadeira de informações quanto a seu domicílio perante as autoridades fazendárias e de trânsito, para os fins e efeitos de que tratam os parágrafos acima, caracterizará a invalidade da respectiva declaração, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pelo EMITENTE perante o CREDOR e as autoridades, sujeitando-se o EMITENTE, às sanções previstas civil e criminalmente, além daquelas previstas nesta Cédula.

PARÁGRAFO QUARTO: O EMITENTE responderá, ainda, pelo pagamento de eventuais encargos e multas que lhe forem impostas, pelas despesas de remoção e de estadia em pátios dos órgãos de trânsito competentes e ainda por eventuais danos causados ao patrimônio público relacionado(s) ao(s) bem(ns) dado(s) em garantia, respondendo por todo o saldo remanescente da dívida e por todas as despesas que recaírem sobre o bem dado em garantia.

PARÁGRAFO QUINTO: O EMITENTE declara, ainda, estar inequivocamente ciente de que, em havendo desrespeito ao atendimento

das obrigações que lhe cabem, nos termos desta cláusula, notadamente das obrigações de honrar o pagamento dos tributos (IPVA), multas e demais encargos relacionados ao(s) bem(ns) objetos da presente, se veículos, e/ou da obrigação de comunicar as autoridades fiscais e de trânsito competentes para que o lançamento tributário e/ou exigência de eventuais valores devidos se proceda em nome do EMITENTE e não em nome do CREDOR, e que diante do não atendimento dessas obrigações, acaso venha o CREDOR a ser demandada em eventual ação judicial para a exigência desses valores de obrigação do EMITENTE, o CREDOR, a seu critério, optará por uma das seguintes condutas: a) contestar, impugnar ou embargar a ação, promovendo a denúncia da lide do EMITENTE para que este assumo o pólo passivo da causa com a exclusão total do CREDOR dessa causa ou b) satisfazer a exigência objeto da demanda e voltar-se contra o EMITENTE em ação distinta para exigir os valores desembolsados, comprovando a origem e natureza das obrigações, hipótese em que o EMITENTE obriga-se a satisfazê-los, com os acréscimos das despesas incorridas pelo CREDOR, acrescido ainda de um multa por infração contratual de 10% (dez por cento).

PARÁGRAFO SEXTO: O EMITENTE se compromete a tomar todas as precauções para conservar o veículo objeto da garantia enquanto não houve quitação integral das obrigações assumidas sob esta Cédula, responsabilizando-se por arcar com todas os reparos necessários para que este permaneça em bom estado e apto para o uso.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O EMITENTE se compromete a tomar todas as precauções para conservar o veículo objeto da garantia enquanto não houve quitação integral das obrigações assumidas sob esta Cédula, responsabilizando-se por arcar com todas os reparos necessários para que este permaneça em bom estado e apto para o uso.

PARÁGRAFO OITAVO: A garantia ora constituída somente será liberada quando da integral quitação das obrigações devidas sb esta Cédula de Crédito Bancário.

DÉCIMA: O(A)(s) AVALISTA(S) desta Cédula de Crédito Bancário comparecem a este ato, na condição de devedor(es) solidário(s) anuindo expressamente ao ora convenicionado, responsabilizando-se, solidária e incondicionalmente, com o CONTRATADO, de maneira irrevogável e irretroatável, pela total e integral liquidação do débito, compreendendo principal e acessórios, quaisquer encargos e acréscimos, inclusive multas e honorários advocatícios, reconhecendo tudo como líquido, certo e exigível. Se casado(s), firmam neste ato, na qualidade de intervenientes o(a) cônjuge do(a) Avalista, concedendo sua anuência para os fins do art. 1.647, III do Código Civil.

DÉCIMA PRIMEIRA: O EMITENTE declara ter conhecimento e ter entendido o disposto no quadro 3 relacionado ao fluxo de pagamentos bem como sua periodicidade, forma, valor da parcela mensal e data de vencimento considerando no cálculo do Custo Efetivo Total (CET), bem como de que a taxa percentual anual praticada representa as condições vigentes na datado cálculo.

DÉCIMA SEGUNDA: Elegem as partes leis brasileiras e o Foro Central da Comarca de São Paulo/SP para dirimir qualquer dúvida ou questão oriunda da interpretação ou execução desta Cédula, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Local e data: SÃO PAULO, SP, 10 de setembro de 2025

Quebra de Página

IMPORTANTE: Estas são as principais condições do seu contrato. Leia com atenção e guarde uma via com você!									
ORÇAMENTO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR (CDC) - VEÍCULOS									
BMP SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A					OPERAÇÃO nº 64529057				
34.337.707/0001-00									
ATENÇÃO: A efetiva contratação da operação de crédito, nestas condições, depende da autorização da instituição financeira responsável pela presente operação.									
DADOS DE RESPONSABILIDADE DO CORRESPONDENTE (CONCESSIONÁRIA / REVENDA / LOJISTA)									
A	INFORMAÇÕES GERAIS: DADOS DO CONSUMIDOR E DO VEÍCULO								
A 1	Nome do(a) consumidor(a):	ANA BEATRIZ ALVES DIAS	CPF: 716.474.404-16	Fone: 84 99224-5097					
	Endereço:	RUA JOSÉ INÁCIO, 705 - PIRANGI DO NORTE (DISTRITO LITORAL) - PARNAMIRIM - Rio Grande do Norte							
A 2	Veículo/Marca:	HONDA	Modelo: CG 160 FAN ESDI FLEXONE						
	Ano/Mod	2015/2016	Cor: PRATA						
A 3	Revenda:	MOTOCERTA LTDA							CNPJ: 40.318.227/0001-02
B	VALOR FINANCIADO (PRINCIPAL+ACESSÓRIOS+OUTRAS DESPESAS INCLUÍDAS NA OPERAÇÃO A PEDIDO DO CONSUMIDOR) %(1)								%(1)
B 1	Valor do Veículo à Vista:		R\$	15900,00	0,00%				
B 2	Produtos acessórios - financiados:		Sim	x	Não	R\$			
B 3	IPVA - financiado: **SERVIÇO INDISPONÍVEL **		Sim	x	Não	R\$	0,00		
B 4	Multas de Trânsito - financiadas: **SERVIÇO INDISPONÍVEL **		Sim	x	Não	R\$	0,00		
B 5	Licenciamento - financiado: **SERVIÇO INDISPONÍVEL **		Sim	x	Não	R\$	0,00		
B 6	Seguro(s) - financiado(s):	x	Sim		Não	R\$	0,00	0,00%	
	Discriminação do(s) Seguros(s):								
	Seguradora						CNPJ:		
B 7	Despesas com Despachante - financiado:		Sim	x	Não	R\$	0,00		
	Empresa:						CNPJ:		
B 8	Registro do Contrato-Cartório (cf. legislação Estadual) - financiado:		Sim	x	Não	R\$	0,00		
B 9	Registro do Contrato-Órgão de Trânsito (CC, art. 1.361/Res.320 CONTRAN) - financiado:	x	Sim		Não	R\$		0,00%	
B 10	O SUBTOTAL: (VEÍCULO + ACESSÓRIOS + OUTRAS DESPESAS INCLUÍDAS NA OPERAÇÃO A PEDIDO DO CONSUMIDOR)		Sim	x	Não		Erro!		
C	PAGAMENTO INICIAL / ENTRADA								%(1)
C 1	Valor da Entrada:		R\$					0,00%	

C 2	Valor Líquido Liberado (B1+B2+B3+B4+B5+B7-C1):	R\$	7.950,00	90,95%
DADOS DE RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA				
D	TARIFAS (CONFORME RESOLUÇÃO CMN 3.919/2010)	%⁽¹⁾		
D 1	Opção pela contratação da Tarifa de Cadastro ⁽²⁾ - financiado:	x	Sim	Não R\$ 620,00 7,09%
D 2	Tarifa de Avaliação Veículo Usado Financiado (Garantia da Operação) - financiada:		Sim	x Não R\$ 0,00 0,00%
D 3	Total de Tarifas a Serem Financiadas:	R\$	620,00	7,09%
E	IOF - IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE A OPERAÇÃO	%⁽¹⁾		
E 1	Valor Total a Ser Financiado Sem Impostos (B10-C1+D3):		Sim	Não R\$ 620,00 Erro!%
E 2	IOF - financiado:	x	Sim	Não R\$ 171,51 1,96%
E 3	IOF - Alíquota Adicional - (Decreto 6.339/08) - financiado:		Sim	Não R\$ 0,00
E 4	Total de Impostos a Serem Financiados:	R\$	171,51	1,96%
F	DADOS DO FINANCIAMENTO	%⁽¹⁾		
F 1	Data do 1º Vencimento:	10/10/2025		
F 2	Número de Parcelas Mensais:	12		
F 3	Valor Total das Parcelas Intermediárias (quando houver) (4):			
F 4	Taxa de Juros Mensal e Anual:	Mensal % a.m.	Anual % a.a.	
		6,68	117,27	
F 5	Valor de Cada Parcela Mensal:	R\$	1.086,52	12,43%
F 6	VALOR TOTAL FINANCIADO (COM IMPOSTOS)(E1+E4):	R\$	8.741,51	100,00%
G	VALOR TOTAL PAGO AO FINAL DA OPERAÇÃO C1 + (F5XF2 + (F5.1 X F2.1):	R\$	13.038,24	149,15%
H	CET - CUSTO EFETIVO TOTAL DA OPERAÇÃO (Fórmula da Res. 3.517)	CET % a.m.	CET % a.a.	
		8,59	168,97	
I	Prazo de Validade do Orçamento ⁽³⁾ :	Local:	Data:	
J	Assinatura do Consumidor:			
OBS: ⁽¹⁾ - Os percentuais apresentados foram calculados com base no VALOR TOTAL FINANCIADO (F6). ⁽²⁾ - O consumidor que entregar à instituição Financeira cópias autenticadas ou apresentar os originais dos documentos enumerados no inciso I Art. 9º do Normativo SARB 005 estão dispensados do pagamento da tarifa. ⁽³⁾ - O prazo de validade aqui apontando refere-se às condições financeira do orçamento, apenas, e não é pelo mesmo período. (4) - Em anexo planilha discriminando datas e valores para pagamento conforme opção realizada pelo Consumidor.				

Resumo Contratual de Operação de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) – Veículos

1. Planilha CET (Orçamento). Documento emitido pela BMP ao Cliente, previamente a contratação, a fim de que o consumidor tenha conhecimento dos custos envolvidos na contratação de empréstimo ou financiamento **2. CET.** taxa que corresponde a todos os encargos e despesas incidentes nas operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, contratadas ou ofertadas a pessoa física, microempresas ou empresas de pequeno porte. **3. Direito de Desistência.** Nas contratações realizadas por meio eletrônico (telefone, internet, tablet, dentre outras), ou fora das agências ou nos correspondentes da BMP, o cliente tem o prazo de até 7 (sete) dias corridos a contar do recebimento do crédito, para desistir da operação realizada, mediante solicitação escrita a BMP e devolução integral dos recursos recebidos por parte do fornecedor, corrigidos pela mesma taxa de juros (efetiva) do Contrato. **4. Seguro de Proteção Financeira.** Trata-se de um seguro, opcional, que garante o pagamento das parcelas vincendas no Contrato de Financiamento por um período pré determinado, nas hipóteses de desemprego involuntário ou incapacidade permanente total por acidente ou ainda por morte, onde a BMP figurará como beneficiário. O número de parcelas garantidas e as exigências para contratação do seguro são de competência da Seguradora, sendo disponibilizadas para consulta no momento da contratação do Seguro em referência, as condições da apólice de seguros e o resumo da mesma para prévia ciência. Caso opte pela adesão à este seguro, lembre-se de acioná-lo em caso de Sinistro. **5. Juros e Encargos.** Sobre o Valor Total do Empréstimo (Valor do Financiamento Pretendido pelo Cliente + tributos + tarifas + seguros[opcional]) incidirão os juros mensais e anuais. **Os juros previstos na data da emissão da Planilha CET (Orçamento) são**

indicativos nesta data e sujeitos à contratação, e já estão calculados e integrados ao valor da parcela mensal. 6. Mora no Pagamento do Empréstimo. O não pagamento das parcelas no vencimento implicará no pagamento de tal quantia acrescida de (i) juros

remuneratórios à taxa prevista no Contrato, capitalizados dia a dia; (ii) juros moratórios pactuados à taxa prevista no Contrato, capitalizados dia a dia, devidos sobre o total do débito corrigido; e (iii) multa contratual de 2 (dois por cento) sobre o valor total apurado. **7. Tarifa de cadastro.** Cobrada para a realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados, informações cadastrais, tratamento de dados e informações necessárias ao início de relacionamento de operações de crédito e arrendamento mercantil. O Cliente ficará isento do pagamento desta tarifa caso opte por entregar cópias autenticadas ou apresentar os originais dos seguintes documentos: (i) Documento de identidade com foto; (ii) Cartão de CPF – Cadastro de Pessoa Física; (iii) Comprovante de residência; (iv) Comprovante de renda e/ou de patrimônio – podendo ser fotocópia de holerite, Declaração Anual de Imposto de Renda ou certidão de pró-labore; (v) Pesquisa em banco de dados e de proteção ao crédito, sendo aceitas, segundo a preferência do consumidor, aquelas realizadas na Serasa Experian ou na Boa Vista Serviços; (vi) Certidões expedidas por Cartório de Protestos de Títulos, no local de domicílio do consumidor; (vii) Certidão de regularidade de CPF do consumidor, expedida pela Receita Federal do Brasil. As certidões relacionadas neste item deverão estar no prazo de validade determinado no próprio documento e serem apresentadas no prazo de até 30 dias da sua emissão. **8. Alienação Fiduciária.** O bem eventualmente financiado pela BMP será dado em garantia do bom, fiel e cabal cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias, decorrentes do financiamento. Com a formalização da garantia a BMP, na qualidade de Credor Fiduciário poderá: (i) usar das ações, recursos e execuções, judiciais e extrajudiciais, para receber o(s) bem(ns) e exercer os demais direitos conferidos ao(a) Cliente sobre o(s) mesmo(s), podendo transigir, assim como, dispor, pelo preço que entender, do(s) bem(ns) e de quaisquer direitos dele(s) decorrente(s), transferindo-o(s) por venda ou como lhe convenha, com poderes amplos e irrevogáveis para assinar quaisquer contratos e termos necessários à efetivação dessa transferência, receber e dar quitação; e (ii) realizar a busca e apreensão, de restituição e outros outorgados por ou decorrentes dos diplomas legais acima. Correrão por conta do(a) Cliente todas as despesas incorridas pela BMP no exercício desses direitos. **9. Licenciamento, IPVA e Multas.** É de responsabilidade do Arrendatário (Cliente) o pagamento do IPVA, seguro obrigatório, multas por infração de trânsito, custos com licenciamento, assim como todos os demais tributos, taxas, encargos e despesas relacionados ao bem. **10. Honorários.** Se, para a defesa de seus direitos decorrentes do Contrato, ou para haver o que lhe for devido, alguma das partes necessitar recorrer a meios administrativos ou judiciais, terá ela direito ao ressarcimento, perante a parte inadimplente, das custas e despesas decorrentes, além dos honorários advocatícios incorridos, sendo que, em caso de cobrança judicial, os honorários advocatícios serão arbitrados judicialmente. **11. Liquidação Antecipada.** Formalizado o Contrato, é facultado ao Cliente a liquidação parcial ou total da dívida antes do vencimento, com redução proporcional dos juros contratados, mediante solicitação por escrito ao BMP. A liquidação antecipada das parcelas do Contrato obedecerá a ordem cronológica de vencimentos, liquidando-se primeiramente as parcelas com vencimentos mais próximos ou os últimos (contado da última parcela do Contrato para trás). **12. Portabilidade.** O Cliente poderá transferir o Contrato celebrado com o BMP para outra Instituição financeira, mediante liquidação antecipada do seu financiamento na Instituição Original.

Assinatura do Consumidor:	
Central de Atendimento BMP: 11 3810-9333 - Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 19h, Exceto feriados.	
SAC Serviço de Atendimento ao Consumidor / Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e Fala: 0800 601 5289 - Atendimento 24h por dia, 7 dias por semana.	Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito(a): 0800 601 5289, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados.